

Para onde foram estes milhões?

FRÓES, Walter e LUZ Daniel. "Para onde foram estes milhões?". CanalEnergia. Rio de Janeiro, 02 de agosto de 2010.

No final de maio o mercado de energia foi surpreendido, e teve seus preços fortemente impactados, pela retirada da oferta de seis usinas termoelétricas dos planejamentos da expansão e da operação do sistema. A oferta destas usinas, que deveriam iniciar suas operações já em janeiro do próximo ano, era considerada no cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), utilizado para valorar montantes de energia descontratados e que, portanto, serve como referência para as negociações de curto prazo no mercado.

A inesperada decisão da retirada das térmicas partiu do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), órgão diretamente ligado ao Ministério de Minas e Energia (MME) e que tem a função de acompanhar e avaliar a segurança do suprimento elétrico nacional. As usinas em questão, seis térmicas a óleo combustível, totalizariam mais de 1.000 MW de potência instalada e corresponderiam a 635 MW médios de energia firme para o sistema.

A redução da oferta e a consequente revisão das curvas de armazenamento mínimo, para valores mais restritivos, fizeram com que a média do PLD dos meses de junho e julho ficasse em torno de R\$ 13,00/MWh mais elevada que aquela que teria sido calculada mantendo-se as condições anteriores. Ressalta-se que a alteração no PLD, de mais de 18%, impactou fortemente os agentes que estavam descontratados nesses dois meses. Estimando-se um montante próximo a 7.000 MW médios comercializados no curto prazo em junho e julho, pode-se estimar um total de aproximadamente R\$ 133 milhões que foram adicionados à receita de vendedores e, conseqüentemente, às despesas de compradores neste período. Dessa forma, milhões de reais simplesmente trocaram de mãos, sem a necessidade de maiores esclarecimentos ou aviso prévio. O grande impacto financeiro da medida e a pouca transparência do processo faz o setor questionar se esta alteração foi realmente necessária e, caso positivo, porque realizada somente agora, sete meses antes do início previsto da operação dessas usinas.

Infelizmente, não é a primeira vez que o setor é surpreendido e impactado pela falta de compromisso de alguns e por súbitas decisões de outros. No final de 2006, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), desconfiada da efetiva disponibilidade de combustível das termoelétricas a gás, exigiu que estas usinas realizassem testes que comprovassem suas reais capacidades de geração. O fato de muitas dessas usinas não haver gerado o montante de sua garantia física fez com que, já para o início do ano seguinte, 2.698 MW médios de energia firme fossem retirados do planejamento energético e do cálculo do PLD. A mudança, na época, passou quase despercebida devido às abundantes chuvas no início de 2007, que permitiram o atendimento à carga com folga, por meio das abastecidas hidroelétricas.

A significativa redução da oferta térmica, entretanto, não demorou muito a ser sentida pelo setor. Já em janeiro de 2008, com o atraso das chuvas e com o acentuado deplecionamento dos reservatórios, o PLD atingiu seu valor máximo de R\$ 569,59/MWh por duas semanas e fechou o primeiro mês do ano em assustadores R\$ 502,45/MWh. Esta instável situação representou, somente naquele mês, uma movimentação financeira extraordinária, da ordem de R\$ 700 milhões. Isso proporcionou magníficos ganhos para determinados agentes, significativos prejuízos a outros, e diversas arbitragens e ações judiciais. Mas em fevereiro vieram as chuvas, reduzindo o PLD e trazendo a agradável sensação de que tudo havia retornado ao normal. No entanto algumas das questões acima citadas ainda hoje perturbam o mercado.

Retornando aos presentes fato e momento, o CMSE novamente surpreendeu o setor e decidiu, em 26 de julho, reconsiderar a oferta das térmicas retiradas do planejamento e da base de cálculo do PLD. Foram feitas postergações no início da operação de algumas das usinas e, provavelmente, houve outras considerações que, pela falta de uma simples ata, poucos ficaram sabendo das razões. O principal resultado: um menor valor de PLD para as próximas semanas, em relação ao que ocorreria sem aquelas térmicas na base. Assim, novamente, milhões de reais trocarão de mãos, tal como num passe de mágica. Ressalta-se, todavia, que as mãos prejudicadas em junho e julho não serão, necessariamente, as que se beneficiarão com este novo ponto de vista do CMSE. Não saberemos para onde foram os milhões dos últimos meses e nem para onde irão os dos próximos. Resta-nos então perguntar: quando é que teremos um modelo transparente e eficiente de precificação de energia?

Daniel Luz é gerente comercial e Walter Fróes é diretor geral da CMU Comercializadora de Energia